



FPA Comunica

01

abril de 2014



★ Projetos para o Brasil

Políticas sociais, cidadania e desenvolvimento

Ana Fonseca e Eduardo Fagnani (Orgs)

Expediente

Esta é uma publicação da Fundação Perseu Abramo.

Diretoria Executiva

Presidente

Marcio Pochmann

Vice-Presidenta

Iole Ilíada

Diretoras

Fátima Cleide, Luciana Mandelli

Diretores

Joaquim Soriano, Kjeld Jakobsen

Conselho Curador:

Hamilton Pereira (presidente), André Singer, Eliezer Pacheco, Elói Pietá, Emiliano José, Fernando Ferro, Flávio Jorge Rodrigues, Gilney Viana, Gleber Naime, Helena Abramo, João Motta, José Celestino Lourenço, Maria Aparecida Perez, Maria Celeste de Souza da Silva, Nalu Faria, Nilmário Miranda, Paulo Vannuchi, Pedro Eugênio, Raimunda Monteiro, Regina Novaes, Ricardo de Azevedo, Selma Rocha, Severine Macedo, Valmir Assunção

1 - Políticas sociais, cidadania e desenvolvimento

Nesta coletânea a questão social é tratada em dois livros complementares organizados por Ana Fonseca e Eduardo Fagnani, a saber:

- O primeiro¹ trata dos desafios de enfrentar os traços, ainda marcantes, de desigualdades presentes na distribuição da renda, na concentração da propriedade rural, no sistema tributário e no mercado de trabalho. Também aborda a questão do crescimento econômico e as possibilidades de sua articulação com a estratégia de desenvolvimento social.

A publicação compreende nove artigos escritos por 15 especialistas de diversas instituições de pesquisa, acadêmicas e governamentais: Adriano Campolina de Oliveira Soares; Alexandre de Freitas Barbosa; André Biancarelli; Antônio Ibarra; Denise Lobato Gentil; Francisco Menezes; Jorge Abrahão de Castro; Jorge Romano; José Celso Pereira Cardoso Jr.; Juliano Sander Musse; Lena Lavinias; Pedro Rossi; Ricardo Amorim; Tiago Oliveira e Victor Leonardo de Araújo.

- O segundo livro² trata do desafio de combater as desigualdades no acesso aos serviços sociais. Os diversos artigos apontam para o objetivo de universalizar a cidadania social nos setores da educação, seguridade social, saúde, previdência, assistência social, segurança alimentar, habitação popular e saneamento.³

Os autores ressaltam que o novo ciclo de reformas estruturais deve ter por objetivo universalizar a cidadania social de forma irrestrita, incluindo os mais pobres. Nesse caso os esforços devem caminhar no sentido de transformar os brasileiros mais pobres em cidadãos portadores de direitos.

O século 21 também recoloca novos temas decorrentes da transição demográfica. O livro aborda esse tema na perspectiva progressista que percebe essa transição como uma oportunidade e não, necessariamente, como ônus.

A publicação compreende 13 artigos escritos por 25 especialistas de diversas universidades e instituições de pesquisa e governamentais: Adriano Campolina de Oliveira Soares; Aldaíza Sposati; Ana Fonseca; Ana Luiza d'Ávila Viana; Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira; Claudia Magalhães Eloy; Cristiani Vieira Machado; Eduardo Fagnani; Fabio Waltenberg; Fernanda Costa; Flávio Tonelli Vaz; Francisco Menezes; Graziela Ansiliero; Hudson Pacífico da Silva; Jorge Romano; Léo Heller; Lucia Cortes; Luciana Dias de Lima; Luciana Jaccoud; Ricardo Karam; Rodrigo Pereyra de Sousa Coelho; Rogério Nagamine Costanzi; Rossella Rossetto e Selma Rocha.

¹ POLÍTICAS SOCIAIS, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO: Economia, Distribuição da Renda e Mercado de Trabalho. Ana Fonseca e Eduardo Fagnani (Org.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

² POLÍTICAS SOCIAIS, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO: Educação, Seguridade Social, Pobreza, Política Urbana e demografia. Ana Fonseca e Eduardo Fagnani (Org.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

³ A questão da mobilidade urbana é abordada no livro Cidades brasileiras e a questão urbana.

Eixos orientadores dos artigos

Os 22 artigos escritos por 40 especialistas que compõem as duas publicações têm por objetivo contribuir para o debate sobre a necessidade da implantação de um novo ciclo de reformas estruturais que consolide os progressos recentes e, sobretudo, enfrente a crônica desigualdade social brasileira ainda presente em múltiplas frentes.

Com o objetivo de homogeneizar o conteúdo dos livros, os diversos artigos seguiram alguns eixos norteadores comuns, sintetizados a seguir.

Crescimento econômico, distribuição da renda e inclusão social

O primeiro eixo norteador ressalta a melhoria do padrão de vida dos brasileiros nos últimos dez anos. A geração de empregos e a ampliação da renda das famílias fizeram com que a mobilidade social voltasse a ser ascendente. O gasto das famílias ativou o mercado interno de consumo de massa, base do ciclo recente de crescimento. As desigualdades sociais e a miséria extrema apresentaram retração significativa.

O progresso social recente foi fruto da maior centralidade do crescimento na agenda governamental, após um quarto de século de marginalidade. A recuperação da economia proporcionou geração de emprego, valorização do salário mínimo, expansão do gasto público, ampliação da renda do trabalho e das transferências monetárias das políticas universais.

Em relação ao passado, houve maior convergência entre objetivos econômicos e sociais, o que contribuiu para que fosse parcialmente mitigada a profunda antinomia observada no passado.

Como se sabe, a Constituição de 1988 consagrou direitos trabalhistas e sindicais bem como um sistema de proteção social inspirado em alguns valores dos regimes de Estado de Bem-Estar Social (Igualdade, Direitos, Universalidade e Seguridade). Não obstante, essas conquistas do movimento social se opunham ao programa liberalizante de ajuste macroeconômico e de reforma de Estado que foi implantado a partir de 1990. A adesão passiva ao modelo neoliberal resultou em profunda antinomia entre objetivos econômicos e sociais. A estagnação econômica ampliou a crise social e laboral ao mesmo tempo em que o crescente endividamento restringiu as possibilidades do gasto social.

O projeto neoliberal exigia a eliminação do capítulo sobre a “Ordem Social” da Constituição da República e sua substituição pelos valores do Estado Mínimo (focalização, privatização, supressão de direitos, desregulação dos contratos trabalhistas). É com esse pano de fundo que podemos compreender o retrocesso dos direitos trabalhistas e da previdência social; o abandono da reforma agrária; o avanço da mercantilização das políticas sociais; o esvaziamento do pacto federativo; e, as restrições ao gasto social, pela captura dos fundos públicos pelo poder econômico.

A persistência das marcas profundas das desigualdades sociais

O segundo eixo orientador dos artigos aponta para o fato de que, apesar dos avanços recentes, os traços característicos do subdesenvolvimento social ainda permanecem vivos.

Os progressos recentes mitigaram, mas não apagaram as marcas profundas da desigualdade social. A concentração da renda recuou aos padrões de 1960 e permanece entre as mais elevadas do mundo. A concentração da propriedade rural e urbana continuou se

aprofundando nas últimas décadas. O mercado de trabalho ainda apresenta traços e características de economias subdesenvolvidas ou periféricas. E, o acesso aos serviços sociais básicos apresenta fortes desigualdades pessoais e regionais.

São traços marcantes do subdesenvolvimento que precisam ser superados se queremos um país justo e civilizado.

A necessidade de um ciclo de reformas estruturais na perspectiva do desenvolvimento

Finalmente, o terceiro eixo que orientou a elaboração dos artigos priorizou a elaboração de propostas para a superação das diversas faces das desigualdades.

Essa tarefa complexa requer o enfrentamento de questões mais gerais de natureza política e econômica. Nesta perspectiva se coloca a necessidade da implantação de um ciclo de reformas estruturais que preserve os avanços recentes, mas que também avance na superação do subdesenvolvimento político, econômico e social do país.

Os dois livros desta coletânea procuram contribuir para esse debate. As recentes manifestações populares no Brasil revelam a crise da representação política e eleitoral. Apontam que a reforma política é a mais importante das reformas. Elas também recolocam o conflito redistributivo no centro do debate nacional, o que reforça a visão de que o desenvolvimento requer o fortalecimento do papel do Estado e uma estratégia macroeconômica direcionada para os objetivos redistributivos. O momento exige que as vozes das ruas prevaleçam ante as vozes do mercado.

As publicações procuram apontar mecanismos que articulem políticas econômicas e sociais num contexto de reforço do papel do Estado e da centralidade da política e da democracia em uma perspectiva ampliada. O objetivo maior é aproveitar o alargamento dos horizontes da política e desbravar caminhos inovadores para construir uma agenda de desenvolvimento que tenha o combate às desigualdades sociais como um dos seus núcleos estruturantes.

PROJETOS PARA O BRASIL

Próximo de completar a terceira década do regime democrático iniciado em 1985 – o mais longo de toda sua História –, o Brasil vem se afirmando como uma das principais nações a vivenciar mudanças significativas no tradicional modo de fazer política. Com três mandatos consecutivos de convergência programática, os governos Lula e Dilma consolidam o reposicionamento do país no mundo, bem como realizam parte fundamental da agenda popular e democrática aguardada depois de muito tempo.

Lembremos, a última vez que o Brasil havia assistido oportunidade comparável, remonta o início da década de 1960, quando o regime democrático ainda estava incompleto, com limites a liberdade partidária, intervenções em sindicatos e ameaças dos golpes de Estado. O país que transitava – à época – para a sociedade urbana e industrial conheceu lideranças intelectuais engajados como Darcy Ribeiro e Celso Furtado, para citar apenas alguns ícones de gerações que foram, inclusive, ministros do governo progressista de João Goulart (1961-1964).

A efervescência política transbordou para diversas áreas, engajadas e impulsionadas pelas mobilizações em torno das reformas de base. A emergência de lideranças estudantis, sindicais, culturais e políticas apontavam para a concretização da agenda popular e democrática.

A ruptura na ordem democrática pela ditadura militar (1964-1985), contudo, decretou a vitória das forças antirreformistas. O Brasil seguiu crescendo a partir da concentração da renda, impondo padrão de infraestrutura (aeroportos, portos, escolas, hospitais, teatros, cinemas, entre outros) para apenas parcela privilegiada do país. A exclusão social se tornou a marca da modernização conservadora.

Em 1980, a economia nacional encontrava-se entre as oito mais importantes do mundo capitalista, porém quase a metade da população ainda encontrava-se na condição de pobreza e um quarto no analfabetismo. Nas duas últimas décadas do século passado, mesmo com a transição democrática, a economia permaneceu praticamente travada, num quadro de semiestagnação da renda *per capita* e regressão social. O desemprego chegou a 15% da força de trabalho no ano 2000, acompanhado de elevada pobreza e desigualdade da renda, riqueza e poder.

Para enfrentar os próximos desafios pela continuidade da via popular e democrática, a Fundação Perseu Abramo reuniu e associou-se a uma nova geração de intelectuais engajados na continuidade das lutas pelas transformações do Brasil. Após mais de oito meses de trabalho intenso, profundo e sistêmico, com debates, oficinas e seminários, tornou-se possível oferecer a presente contribuição sobre problemas e soluções dos temas mais cruciais desta segunda década do século XXI.

Na sequência, espera-se que a amplitude dos debates entre distintos segmentos da sociedade brasileira possa conduzir ao aprimoramento do entendimento acerca da realidade, bem como das possibilidades e exigências necessárias à continuidade das mudanças nacionais e internacionais. A leitura atenta e o debate estimulante constituem o desejo sincero e coletivo da Fundação Perseu Abramo.

A Diretoria
Fundação Perseu Abramo

Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania

Economia, distribuição da renda e mercado de trabalho

ANA FONSECA E EDUARDO FAGNANI (ORGS.)



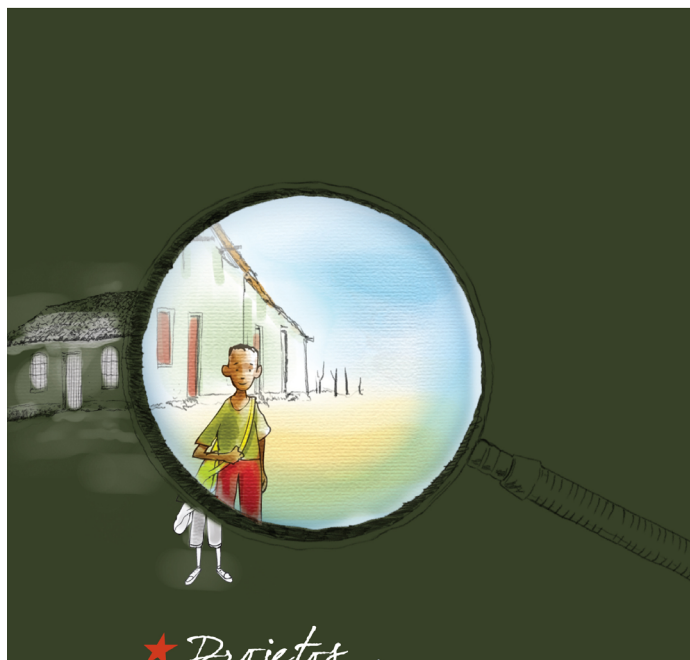
★ *Projetos*
para o Brasil

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania

Educação, seguridade social, pobreza,
infraestrutura urbana e transição demográfica

ANA FONSECA E EDUARDO FAGNANI (ORGS.)



★ *Projetos*
para o Brasil

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Acesse as publicações pelo endereço:
www.fpabramo.org.br/forum2013



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

<http://www.fpabramo.org.br>